

**CURRÍCULO COMO INVENÇÃO ÉTICA-ESTÉTICA-POLÍTICA-POÉTICA DA
EXISTÊNCIA DOCENTE**

CURRICULUM AS AN ETHICAL-AESTHETIC-POLITICAL-POETIC INVENTION OF
TEACHING EXISTENCE

CURRICULUMS COMO INVENCIÓN ÉTICO-ESTÉTICO-POLÍTICO-POÉTICA DE LA
EXISTENCIA DOCENTE

Ana Cláudia da Silva Rodrigues¹ 0000-0001-6621-1861
Rafael Ferreira de Souza Honorato² 0000-0002-6196-0211

¹ Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, Paraíba, Brasil;
ana.rodrigues@academico.ufpb.br

² Universidade Estadual da Paraíba – Monteiro, Paraíba, Brasil; rafaelhono@gmail.com

RESUMO:

Esta apresentação se ancora na frase “Eu escrevo para um mundo no qual possa viver”, de Anayde Beiriz, para convocar a escrita como gesto de invenção e resistência. Mais do que reunir textos em torno de temas fixos, o volume 18, número 1, da Revista Espaço do Currículo se oferece como território de indisciplina, no qual docência, escrita e currículo se cruzam em experimentações que recusam o dado, o prescrito e o domesticado. Ao invés de buscar respostas, os textos aqui reunidos sustentam a pergunta “em que mundo queremos viver?”, não como *slogan*, mas como urgência que desestabiliza. Trata-se de um dossiê que não organiza saberes, mas provoca deslocamentos, abrindo espaço para que o currículo se afirme como ética, estética, política e poética da existência. Nesta apresentação, o convite não é apenas à leitura, mas à travessia, na qual a escrita não apenas representa o mundo, mas o (re)cria.

Palavras-chave: educação; currículo; criação.

ABSTRACT:

This introduction is anchored in the phrase “I write for a world in which I can live,” by Anayde Beiriz, as a call to writing as a gesture of invention and resistance. More than simply gathering texts around fixed themes, Volume 18, Issue 1, of Revista Espaço do Currículo presents itself as a space of indiscipline, where teaching, writing, and curriculum intersect in experiments that reject what is given, prescribed, and domesticated. Rather than seeking answers, the texts collected here uphold the question “what kind of world do we want to live in?” not as a slogan, but as an urgent and destabilizing inquiry. This dossier does not aim to organize knowledge but to provoke displacements, opening space for curriculum to assert itself as an ethics, aesthetics, politics, and poetics of existence. This introduction is not just an invitation to read but an invitation to cross over, where writing does not merely represent the world but recreates it.

Keywords: education; curriculum; creation.

RESUMEN:

Esta presentación se apoya en la frase «Escribo para un mundo en el que pueda vivir», de Anayde Beiriz, para reivindicar la escritura como gesto de invención y resistencia. En lugar

de reunir textos em torno a temas fixos, el volumen 18, número 1, de la revista Espaço do Currículo se ofrece como un territorio de indisciplina, en el que la enseñanza, la escritura y el currículo se cruzan en experimentos que rechazan lo dado, lo prescrito y lo domesticado. En lugar de buscar respuestas, los textos aquí reunidos sostienen la pregunta “¿en qué mundo queremos vivir?”, no como un *slogan*, sino como una urgencia que desestabiliza. Se trata de un dossier que no organiza el conocimiento, sino que provoca el desplazamiento, abriendo espacio para que el currículo se afirme como ética, estética, política y poética de la existencia. En esta presentación, la invitación no es sólo a leer, sino a viajar, en la que la escritura no sólo representa el mundo, sino que lo (re)crea.

Palabras-clave: educación; curriculum; creación.

"Eu escrevo para um mundo no qual possa viver"
Anayde Beiriz

A frase de Anayde Beiriz não comparece aqui como uma epígrafe ilustrativa, mas como um rasgo e sopro, como um gesto que interrompe e, ao mesmo tempo, convoca. Sua escrita e sua presença atravessam o volume 18, número 1, da Revista Espaço do Currículo (REC) como a afirmação de uma urgência que não se explica, apenas pulsa. Pulsa na recusa ao intolerável, na recusa ao que está dado, na afirmação de que escrever é também habitar; e que só podemos habitar aquilo que ajudamos a criar. É nesse movimento que se inscrevem os textos que compõem este número, escritos por mundos que ainda não existem, mas que, de algum modo, já nos habitam. Textos que não pretendem dar conta do que é, mas experimentar aquilo que insiste em vir a ser. Não se trata de dever, adequação ou resposta, mas de um excesso que transborda, uma vontade que irrompe e se expressa como gesto vital, mesmo quando tudo parece operar contra a vida.

E é nessa mesma insistência que este número é oferecido aos leitores: como uma continuidade de forças que não se deixam conter por um evento, por uma moldura institucional ou por um marco temporal. Por isso, embora a seção especial e a seção de artigos sejam compostas por textos oriundos das conferências e mesas-redondas do XI Colóquio Internacional de Políticas Curriculares, realizado entre os dias 25 e 27 de setembro de 2024, na Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa, este volume não busca representar o evento, mas prolongar seus efeitos. Efeitos de uma pergunta que atravessou o Colóquio e que ainda reverbera: em que mundo queremos viver? Essa pergunta não demanda resposta. Exige criação. Exige desvio. Exige que se faça da escrita um gesto de insistência. Não se trata de um slogan, mas de uma convocação que desestabiliza, que desacomoda, que tensiona: em que mundo queremos viver; e o que estamos dispostos a perder para que esse mundo venha a ser?

Essa inquietação, no entanto, não nasce de uma ausência, mas da presença de um incômodo. Quando perguntamos em que mundo queremos viver, não partimos da falta, mas da experiência de um presente que já não serve e da percepção de que algo ainda sem nome exige espaço. Viver, assim como escrever, não é apenas durar: é atravessar; é ter a coragem de não se adaptar àquilo que nos nega. E é justamente essa coragem que se faz visível nos textos reunidos neste volume. Eles não oferecem respostas normativas nem modelos de mundo a serem seguidos. Ao contrário, sustentam a pergunta, mantêm-na em movimento, fazendo-a deslizar entre as dobras do cotidiano escolar, entre os desvios da política e entre as frestas por onde o ensino-aprendizagem escapa às cenas autorizadas. Em vez de explicações, oferecem experiências; em lugar de respostas, provocam deslocamentos.

É nesse gesto, o de manter viva a pergunta e de insistir no que ainda não tem forma, que a escrita se apresenta como ato radical. Pois escrever, aqui, é arriscar o corpo em cada linha, é atravessar a existência como quem se recusa a fazer dela um mero ajuste. Não se trata de ocupar um lugar, mas de deslocá-lo e, assim, desestabilizá-lo. Porque fazer da vida um ato poético não é adornar discursos com performance, e sim comprometer-se com gestos que recusam a existência como algo dado. Os textos deste número assumem essa implicação: colocam-se no espaço da instabilidade; recusam o pensamento técnico, neutro ou “correto”; e operam a partir de uma linguagem que se arrisca e que, arriscando, se reinventa. São escritas que acontecem nos intervalos. Mas não nos entretempos previsíveis, entre o passado e o futuro; produzem-se num tempo outro, fora da cronologia linear. Nesses intervalos, a linguagem vacila; e, na vacilação, abre passagem para algo que ainda não tem um nome, mas que já vive e pulsa como mundo possível.

Desse modo, o que aqui se escreve não pretende ilustrar conceitos; tampouco pretende nomear o real ou reduzir o currículo a uma categoria disciplinar. O que se escreve é vontade, não a vontade de verdade, mas uma vontade de potência que se move na contramão das capturas, das regulações e dos consensos. São textos que se deixam afetar por essa afirmação radical da escrita como espaço de existência. São vozes que não escrevem para explicar, nem para repetir: escrevem para viver. Escrevem porque, hoje, viver exige escrever; e exige também escrever contra: contra o silenciamento, contra o esvaziamento da docência, contra o currículo como norma.

É justamente por isso que os textos deste volume não se organizam em torno de uma resposta pronta ou se oferecem como doutrina ou verdade a ser seguida. Ao contrário, eles se insinuam como movimentos de criação que recusam o lugar do sujeito autorizado, da

neutralidade científica e da objetividade pedagógica. Performam a pergunta, não para resolvê-la, mas para mantê-la em suspensão. Portanto, aqui, escrever é agir: não no sentido da ação eficiente, planejada, controlada ou avaliada, mas no sentido trágico da ação que se arrisca no mundo sem garantias, sem promessas. Trata-se de uma escrita que atravessa o currículo e a docência como quem se lança em um campo de forças, entre ruínas, restos e lampejos. Não se trata de reformar o currículo ou de humanizar a docência, mas de afirmar outras formas de vida, de insistir na criação de si como estilo, de habitar o mundo como experimentação. Docência e currículo, portanto, não comparecem como temas a serem discutidos, mas como territórios de embate, de tensão, de invenção. Não se pensa a escola como uma promessa de futuro, mas como um palco de uma luta cotidiana entre forças de captura e forças de resistência, entre o que adormece e o que desperta.

Nesse sentido, os textos não se sucedem em ordem temática ou metodológica. Eles se tocam por contágio. Há aqueles que pensam a docência como presença precária e tremulante; outros que escrevem desde os escombros da escola como uma ruína fértil; há também quem se embrenhe na política como dispositivo de captura e encontre, ali mesmo, os rastros de uma fuga. Há quem escreva com o corpo, com a terra, com os saberes que resistem. E ainda há aqueles que escrevem em silêncio, em gagueira, em rasura. Nenhuma dessas escritas pretende instituir um modelo de formação ou uma política de currículo. Todas se fazem como tentativa; como risco; como ensaio; como dobra que se inscreve no tempo e, ao mesmo tempo, o contesta.

Neste movimento contínuo de criação, encontramos o texto de Guy Lapostolle e Saeed Paivandi, da Université de Lorraine, na França, que propõe uma reflexão sobre o papel da pesquisa acadêmica na construção de políticas curriculares, desafiando a centralidade da avaliação de políticas públicas com base na eficácia. Em vez de aceitar a avaliação técnica como única medida de sucesso, os autores questionam a visão tecnocrática predominante e sugerem que as reformas educacionais devem ser pensadas de maneira mais democrática, com a participação ativa dos atores envolvidos. Por meio da análise de três casos na França, o texto defende que as decisões curriculares precisam ser mais inclusivas e menos voltadas para uma lógica de eficiência, visando construir currículos que sejam não apenas eficazes, mas socialmente e politicamente aceitáveis. Nesse sentido, os autores propõem uma abordagem mais humana e engajada, essencial para a construção de um mundo no qual realmente possamos habitar.

Seguindo esta linha de raciocínio, o texto de William F. Pinar, da University of British Columbia, no Canadá, propõe uma justaposição entre a presença subjetiva de Pasolini, sempre em sintonia com seu contexto histórico, e as ideias de Jake Burdick e Jennifer Sandlin sobre a engenharia discursiva. Este conceito, discutido por Burdick e Sandlin, questiona a superficialidade de mudanças discursivas como solução para os problemas sociais, contrastando com a abordagem de Pasolini, que, sem a proteção de um cargo acadêmico seguro, se arriscou para ensinar ao público italiano sobre os perigos do capitalismo desenfreado e sobre a perda da realidade em nome da virtualidade. Ao focar no romance inacabado *Petrolio* e em um filme sobre os últimos dias de Pasolini, Pinar busca não apenas refletir sobre a catastrófica trajetória da humanidade, mas também ressuscitar o espaço gerador de diferença, no qual ainda podemos reexperimentar um momento de humanização genuína. Essa reflexão propõe uma ruptura com os discursos dominantes, sugerindo que, na articulação entre currículo e subjetividade, podemos resistir à coisificação do ser humano e abrir espaço para a criação de novas formas de existir e aprender.

Nesta mesma direção, mas deslocando o foco para as transformações provocadas pelas tecnologias digitais na experiência do presente, o texto de José Damião Trindade Rocha e Pedro Henrique Ribeiro Fernandes, ambos da Universidade Federal do Tocantins, o texto aborda: a cibercultura como um fenômeno técnico em um espaço/tempo imerso por tecnologias, a linguagem hipermediática e as transformações socioculturais que alteram a relação com o saber, com o outro e com nós mesmos. A partir dessa perspectiva, os autores questionam como é possível manter a interatividade na sala de aula enquanto os alunos ainda estão organizados em filas e os currículos continuam hierarquicamente divididos por disciplinas isoladas. O texto propõe uma análise sobre como as tecnologias digitais podem fundamentar a aprendizagem ubíqua na era da mobilidade, apresenta uma reflexão crítica sobre o currículo prescritivo, centrado na disciplinarização do saber, ao passo que defende a necessidade de (des)territorializar esse currículo para torná-lo mais fluido e conectado. Ao investigar a experiência da pós-graduação no Tocantins, os autores destacam a possibilidade de construir um cibercurrículo generativo e pervasivo que ultrapassa os muros da sala de aula, espalha-se por diversos ambientes educacionais e oferece uma educação que seja, simultaneamente, nômade e adaptável às transformações do mundo digital.

Ainda no movimento de interrogar os modos de organização do currículo e os efeitos da sua normatização, o artigo de Rita Frangella, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coloca em evidência a formação docente no Brasil, com foco na implementação da Política

Nacional de Alfabetização (PNA) e suas repercussões nos cursos de formação inicial e continuada de professores. A autora examina, em particular, o programa Tempo de Aprender, que propõe a melhoria das práticas pedagógicas com base em evidências científicas, mas a partir de uma abordagem técnica e prescritiva. Nesse contexto, Frangella questiona a centralidade da prática docente e reflete sobre as disputas que envolvem sua definição e as consequências da adoção de um paradigma de competências que reduz o papel do professor a um executor de práticas padronizadas. A partir de uma análise fundamentada em Derrida, a autora problematiza a estrutura normativa que, ao alinhar as políticas educacionais com padrões internacionais de avaliação, limita a autonomia docente e interfere na qualidade da educação, uma vez que impõe um currículo prescritivo que desconsidera a pluralidade e complexidade do processo de ensino-aprendizagem.

A crítica à centralidade de um currículo prescritivo e técnico é ampliada no texto de Clívio Pimentel Junior, da Universidade Federal de Sergipe, que propõe uma reflexão crítica sobre os objetos de conhecimento nas Ciências da Natureza, presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também a partir de uma perspectiva pós-estrutural. O autor questiona a significação desses objetos como envios objetivos e determinísticos que, ao serem tratados no currículo, acabam por restringir a compreensão de cidadania a um controle social predeterminado. Ao mobilizar conceitos derridianos, como *destinerrância* e *différance*, além de metáforas pós-estruturalistas, como currículo como texto e conversa complicada, Pimentel Junior busca desconstruir a relação entre conhecimento e comportamento social na BNCC. O autor argumenta que as perspectivas pós-estruturais permitem uma ressignificação da relação entre sujeito e conhecimento, entendendo-os como envios *destinerrantes*, cuja indeterminação deve ser vista como constitutiva da própria estrutura relacional educativa. Ao fazer essa crítica, o autor não apenas questiona a racionalidade prescritiva e determinista das políticas curriculares, mas também abre espaço para a emergência da diferença e para uma cidadania mais fluida e imprevisível, capaz de acolher o porvir no currículo.

No mesmo movimento de deslocamento das certezas curriculares, o artigo de Priscila Maria Vieira dos Santos Magalhães, professora das redes municipais de ensino de Caruaru e Belo Jardim, em Pernambuco, e de Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida, da Universidade Federal de Pernambuco, constitui mais um gesto expressivo de ruptura. Com base em aportes pós-estruturais e na Teoria do Discurso, as autoras abordam a avaliação como prática discursiva e evidenciam os entrelaçamentos históricos que a vinculam à classificação, ao controle e à regulação. O texto revela como os sentidos atribuídos à avaliação se sustentam

precariedade sobre tradições curriculares que buscam estabilizar aquilo que é, por essência, instável. Em uma conjuntura marcada por disputas e reconfigurações das práticas escolares, a avaliação é apresentada não como medida definitiva, mas como um campo de significação contingente, atravessado por fissuras, antagonismos e resistências. Ao tensionarem os limites do que se pode dizer e fazer em nome da avaliação, as autoras nos convidam a conceber a escola como um espaço de invenção, onde nem mesmo os critérios de julgamento escapam às lógicas da disputa e da criação.

O olhar sobre as limitações impostas pela BNCC também se reflete em outras abordagens curriculares que buscam superar modelos rígidos e reificados de ensino, como exemplificado na análise de Juarez da Silva Thiesen, da Universidade Federal de Santa Catarina. O autor examina a escolarização das juventudes no Brasil e destaca como a educação integral tem sido associada a diferentes ideários de formação humana, muitas vezes confrontando os interesses das forças liberais que veem a juventude como um ativo para o mercado. A educação integral, que se propõe como uma alternativa para outro mundo possível, é analisada a partir de projetos direcionados às juventudes que desafiam e ainda desafiam um modelo social dominado por interesses econômicos, no qual a educação pública tem sido progressivamente privatizada. O autor conclui defendendo a necessidade de reposicionar as utopias da formação humana integral no contexto das lutas sociais concretas, articulando teoria e prática para ocupar os espaços políticos onde decisões efetivas são tomadas.

Na mesma direção de enfrentamento político e ético, o artigo de Francisco Thiago Silva, da Universidade de Brasília, investiga a criação de mundos possíveis a partir de um currículo freireano em um momento crítico da história recente do Brasil, marcado pelo avanço das ideias e ações da extrema-direita entre 2017 e 2024. Com base em uma revisão bibliográfica das principais obras de Paulo Freire, em produções acadêmicas que dialogam com sua filosofia e em levantamentos nos bancos Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library On-line* (SciELO) e nos anais do Grupo de Trabalho de Currículo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT 12/ANPED), o autor traça um panorama das possibilidades que emergem de uma pedagogia comprometida com a vida e com a transformação. Os resultados evidenciam que um currículo freireano, capaz de fazer frente às ideologias autoritárias, deve recusar a lógica da simples transmissão de conteúdos e afirmar a ação dialógica, enraizada nas realidades locais. Trata-se de um currículo que se constrói a partir das experiências dos subalternizados,

sustentado por uma curiosidade epistemológica permanente e pelos eixos da integração e da interdisciplinaridade. Ao buscar conteúdos e culturas outras, ao promover formas alternativas de bem-estar e ao recusar a violência, o preconceito e a discriminação, essa perspectiva curricular reafirma o valor de uma prática pedagógica radicalmente transformadora.

Avançando nas interrogações sobre o currículo, o artigo de Nilma Margarida de Castro Crusoé, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, reflete sobre práticas educativas em espaços não escolares, propondo uma visão que tensiona a estrutura formalizada e normativa do currículo escolar. Em diálogo com a obra de Paulo Freire, a autora mobiliza a pedagogia do oprimido como horizonte ético-político e aposta na formação de uma consciência crítica capaz de reconhecer os sujeitos em sua potência de agir no mundo. O texto desafia as fronteiras tradicionais do currículo ao evidenciar que há outros modos de formar-se, nos quais as práticas educativas se retroalimentam entre o dentro e o fora da escola. Ao questionar a própria necessidade de uma BNCC, Crusoé explicita as tensões de um campo educacional atravessado por múltiplas configurações culturais, sociais e subjetivas, incompatíveis com qualquer tentativa de homogeneização. Ao trazer à tona essas multiplicidades que escapam à normatização curricular, a autora reafirma a importância de se pensar o currículo como território de disputa e invenção, atento às singularidades que constituem a vida comum.

De maneira semelhante, inscrito nas dobras da vida, escola e escrita, o artigo de Vinícius Hozana, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, constrói um relato potente, no qual currículo, conhecimento e cotidiano se entrelaçam como forças de criação e reexistência. A partir de uma perspectiva autobiográfica situada e marcada por sua trajetória como homem negro retinto, professor de Geografia e egresso da escola pública, o autor convoca outras formas para compreender o conhecimento não como algo fixo ou hierarquizável, mas como fluxo vivo, produzido nas tramas das experiências partilhadas em sala de aula. Com sensibilidade e profundidade, o texto desconstrói a ideia da neutralidade dos planejamentos e das normativas curriculares e ressalta a potência dos saberes que emergem do cotidiano escolar e que, muitas vezes, escapam às lógicas prescritivas da educação formal. Nesse contexto e em sintonia com o dito de Anayde Beiriz, escrever para um mundo no qual possamos viver, o autor escreve um mundo no qual o currículo não representa uma trilha única, mas uma multiplicidade de caminhos em constante movimento, como uma conversa complexa ou uma escrita que se faz no presente.

No mesmo sentido, o texto seguinte também reafirma o currículo como território de disputa e invenção, convida-nos a deslocar o olhar para além dos formatos instituídos de

escolarização e evidencia como as práticas educativas se proliferam em múltiplos espaços e temporalidades. Essa ampliação do campo formativo atravessa o artigo de Ozerina Victor de Oliveira, Imar Domingos Queiroz e Rosana Paula da Silva Nascimento, que exploram a relação entre pesquisa, formação docente e emancipação a partir de uma experiência de pesquisa-ação. As autoras refletem sobre os efeitos formativos e políticos da pesquisa no contexto da pós-graduação *stricto sensu*, tomando como foco o processo vivido por uma professora da educação básica. Em diálogo com noções como experiência, autonomia e indignação, o texto sustenta que a pesquisa pode configurar-se como um gesto emancipatório, sobretudo quando enraizada nas urgências do cotidiano escolar. Ao final, as autoras afirmam que a emancipação docente não é um destino fixo, mas uma travessia permanente, socialmente referenciada e intimamente vinculada ao exercício crítico da docência.

Encerramos, assim, o conjunto de textos que compõem o dossiê temático, mas o volume segue. Porque escrever para um mundo no qual se possa viver é também atravessar outros textos, outros caminhos, outras perguntas. Na continuidade deste número, apresentamos artigos, resenha e entrevista submetidos em fluxo contínuo, que, embora não componham o dossiê, mantêm viva a inquietação que o move: textos que seguem explorando brechas, produzem desvios e insistem na invenção de outras formas de pensar a educação.

Abrindo a seção de textos submetidos em fluxo contínuo, o artigo de Roger dos Santos e Guilherme Profeta, ambos da Universidade de Sorocaba, propõe uma reflexão instigante sobre os modos como a cultura *pop* e os produtos da indústria cultural têm sido incorporados às práticas educativas contemporâneas. A partir de uma revisão narrativa da literatura, os autores analisam como a noção de “flexibilidade curricular” se reorganiza nesse cenário, tensionando as fronteiras entre a potência criativa dessas inserções e os riscos de reprodução de lógicas alienantes. O texto aponta para a emergência de um “professor curador”, uma figura que atua na costura de sentidos, selecionando e adaptando elementos da cultura midiática sem perder de vista as contradições e os atravessamentos ideológicos que sustentam essas escolhas.

Complementando a discussão sobre as transformações curriculares e as novas abordagens pedagógicas, o artigo de Joelson de Sousa Morais, da Universidade Federal do Maranhão, contribui com uma reflexão sensível que entrelaça arte, pesquisa e docência. A partir da narração de histórias docentes elaboradas em três pesquisas de doutorado, realizadas durante a pandemia da Covid-19, Morais adota a pesquisa-formação narrativa (auto)biográfica como perspectiva teórica. Fotografias, desenhos, músicas e escritas poéticas atravessam essas

narrativas, produzindo deslocamentos nas formas de pensar e viver o currículo. Ao dar visibilidade às experiências estético-artísticas do cotidiano escolar, o autor aposta na invenção de outros mundos possíveis e no exercício de uma docência que se move por afetos, sensibilidades e insurgências.

Essa ideia de inovação curricular, com um olhar atento às transformações sociais e culturais, ressurge de maneira igualmente crítica no artigo de Ehrick Eduardo Martins Melzer, da Universidade Federal do Paraná. O autor apresenta uma análise minuciosa dos Projetos Pedagógicos de Cursos de dezesseis instituições que integram o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). A partir de três eixos, que debatem sobre áreas do conhecimento, agroecologia e interdisciplinaridade, Melzer evidencia como as licenciaturas em Educação do Campo têm experimentado formas curriculares diversas, ora reforçando os princípios da alternância pedagógica e da formação por área, ora negligenciando aspectos fundamentais, como o aprofundamento em Ciências da Natureza e Agroecologia. O texto mostra como o PROCAMPO fomentou a emergência de arranjos curriculares singulares que tensionam os formatos tradicionais de formação docente e indicam possibilidades para pensar uma educação conectada aos territórios e às lutas sociais do campo.

No campo da formação profissional, a crítica à rigidez dos currículos tradicionais também aparece com força no artigo de Rogério Augusto Bilibio, Márcio Giusti Trevisol e Davi Alexandre Schoenardie, da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Os autores analisam as ementas dos componentes humanísticos dos cursos de Engenharia Civil de cinco instituições pertencentes ao Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) à luz da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Embora esses componentes se apresentem como espaços de formação humanística, os autores identificam que suas formulações curriculares demonstram pouca aderência aos princípios da PHC, reproduzindo, em grande medida, uma racionalidade neotecnista disfarçada com retóricas de inovação. A pesquisa revela a fragilidade do compromisso crítico-pedagógico desses cursos com a formação integral e aponta para a hegemonia de discursos e práticas voltadas à adaptação técnica ao mercado em detrimento de um projeto formativo voltado à compreensão crítica da realidade social e histórica.

Seguindo com uma abordagem mais focada na história e na formação docente, o artigo assinado por Teresinha Vilela, da Universidade Federal da Paraíba, e Aristóteles Berino, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos conduz a uma escuta sensível dos

primeiros passos de Paulo Freire na educação. A partir de um cuidadoso trabalho de pesquisa documental, com destaque para o Livro de Atas da Escolinha de Arte do Recife, os autores revelam a presença ativa de Freire na construção de propostas curriculares voltadas à formação estética e artística de professores. Com especial atenção a uma carta escrita por Freire em 1958, o texto ilumina um momento pouco explorado de sua trajetória, permitindo entrever o lugar da arte e da estética em sua concepção formativa desde os primórdios. Ao trazer esse registro, o artigo contribui para uma releitura do pensamento freireano e amplia as possibilidades de interlocução entre a história da educação, o ensino de arte e os estudos curriculares.

A reflexão sobre a arte na formação docente continua a ser aprofundada no artigo de Bruna Thais Rodrigues Furyama, Regina Ridão Ribeiro de Paula e Heloisa Toshie Irie Saito, da Universidade Estadual de Maringá. As autoras abordam a importância do contato com a arte contemporânea nos processos de desenvolvimento infantil, propondo uma abordagem de ensino de arte que se distancie das práticas espontaneístas ou tecnicistas ainda prevalentes na Educação Infantil. Com base na Teoria Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica, o texto defende que a inserção de produções artísticas historicamente situadas nas experiências infantis contribui para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores das crianças. A ênfase no planejamento docente e na intencionalidade pedagógica, portanto, se torna um eixo essencial para uma arte que amplia os horizontes culturais e humaniza a educação infantil.

Em um movimento que amplia a compreensão sobre práticas curriculares sensíveis, o volume traz o artigo de Rafael Marques Gonçalves e Diego Rosa, ambos da Universidade Federal do Acre. Este texto propõe uma reflexão sobre a articulação entre o direito à educação, o exercício da cidadania e a experiência curricular vivida nas escolas. Dialogando com a abordagem da pesquisa nos/dos/com os cotidianos, os autores destacam práticas educativas que emergem das rotinas escolares e que, muitas vezes, se distanciam das prescrições normativas, mas se aproximam das experiências reais dos sujeitos. O texto defende que a construção de uma cultura educacional democrática exige o reconhecimento da pluralidade dos modos de vida, o acolhimento das diferenças e a valorização dos saberes produzidos nas relações entre estudantes, professores e comunidades. Ao apostar nas conversas e na escuta como práticas formativas, o artigo ilumina as possibilidades de produção de currículos mais sensíveis à vida cotidiana e às formas de emancipação que nela se engendram.

Por fim, Eric Mateus Nascimento de Paula, do Centro Universitário de Mineiros, e Adolorata Aparecida Bianco Carvalho, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, apresentam uma análise abrangente das matrizes curriculares de 196 cursos de Medicina Veterinária, ofertados por instituições públicas e privadas no país. Com base em pesquisa documental, os autores examinam a distribuição da carga horária entre os diversos componentes formativos, evidenciando o equilíbrio entre disciplinas obrigatórias, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, disciplinas optativas e atividades complementares. O estudo destaca a predominância das Ciências da Medicina Veterinária nos currículos, seguidas pelas Ciências Biológicas e da Saúde e, em menor proporção, pelas Ciências Humanas e Sociais. Os dados revelam também variações regionais no dimensionamento dos componentes curriculares, o que indica certa diversidade na organização da formação, ainda que dentro dos parâmetros legais. O artigo contribui, assim, para uma compreensão mais ampla das diretrizes curriculares nacionais, aplicadas aos cursos de Medicina Veterinária, e dos modos como elas são interpretadas e operacionalizadas em diferentes contextos.

Este número também apresenta uma entrevista com a professora Maria Zuleide da Costa Pereira, que compartilha a trajetória de criação do Colóquio Internacional de Políticas Curriculares, evento realizado na Universidade Federal da Paraíba que, ao longo de suas edições, consolidou-se como um importante espaço de debate e reflexão sobre o campo das políticas curriculares. Na conversa, são abordadas as motivações, desafios e contribuições do evento, além da importância da pesquisa e da colaboração de um grupo de pesquisa para sua realização. Complementa ainda este número, uma resenha de *Currículo em Ação* (2021), de Neide Aparecida Machado Scarpini, elaborada por Juh Círico e Akira Aikyo Galvão. A obra analisa um estudo de campo realizado em uma escola periférica de São Paulo, destacando os desafios enfrentados, pelos professores e pela escola, na implementação de projetos curriculares e o esforço coletivo necessário para a sua construção e execução. Ambos os textos reforçam a importância da reflexão sobre os contextos educacionais e as práticas curriculares no Brasil.

Finalizando, é preciso reafirmar que este número não se propõe a ser uma obra acabada ou uma verdade última. Ele é, antes, uma convocação ao encontro. Ao entrar em contato com estes textos, o leitor é convidado a atravessar o território das políticas curriculares e da docência como quem percorre uma cidade desconhecida: sem certezas, sem direções fixas, e aberto ao risco de se perder. Não há promessas de resolução ou conclusões

definitivas. O que se oferece aqui é o movimento, o deslocamento constante, o gesto que pode alterar os rumos do pensamento. Neste volume, a escrita pulsa e se desloca, abrindo fissuras, questionando normatividades e convocando outras formas de existência. É nesse gesto de criação e invenção que reside a verdadeira transformação, uma transformação que não se faz de forma linear, mas no entrelaçamento de vozes, ruídos e contradições.

Agradecemos a todas, todes e todos que compuseram este número e contribuíram compartilhando suas palavras, seus questionamentos e seus gestos silenciosos que aqui se manifestam. Que esta leitura seja mais do que uma simples passagem: que seja uma travessia. E, se ferir, que seja para abrir, para desestabilizar, para gerar novos começos. Porque escrever aqui é, acima de tudo, inventar o mundo no qual se pode, finalmente, viver.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Ana Cláudia da Silva Rodrigues. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6240637144545401>

Rafael Ferreira de Souza Honorato. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente na Universidade Estadual da Paraíba. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0019294625125073>

Como citar

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. Currículo como invenção ética-estética-política-poética da existência docente. **Revista Espaço Currículo**, v. 18, n. 1, e73655, 2025. DOI: 10.15687/rec.v18i1.e73655.